

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL JATAÍ
ATA Nº. 013/2015 REGIONAL JATAÍ/UFG
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DA REGIONAL JATAÍ
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze às quatorze horas vinte e cinco minutos
2 reuniram-se no auditório maior da Unidade Jatobá, Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás, sob a
3 presidência do Prof. Wagner Gouvêa dos Santos, Diretor da Regional Jataí da Universidade Federal de
4 Goiás, os membros do Conselho Diretor: Prof. Alessandro Martins, Vice-Diretor da Regional Jataí da
5 Universidade Federal de Goiás; Prof.^a Ana Carolina Gondim Inocêncio, Coordenadora do Curso de Ciência
6 da Computação; Prof. Ricardo de Mattos Santa Rita, representando a Coordenação do Curso de Ciências
7 Biológicas Licenciatura; Prof. Luis Antônio Serrão Contim, Coordenador do Curso de Ciências Biológicas
8 Bacharelado; Prof. André Felipe Soares de Arruda, Coordenador do Curso de Direito; Prof. Luiz Almeida da
9 Silva, Coordenador do Curso de Enfermagem; Prof.^a Daniela Pereira Dias, Coordenadora do Curso de
10 Engenharia Florestal; Prof. Denis Souza de Moraes, Coordenador do Curso de Educação Física Bacharelado;
11 Prof. Luís César de Souza, Coordenador do Curso de Educação Física Licenciatura; Prof. Paulo Freitas
12 Gomes, Coordenador do Curso de Física; Prof. Allison Gustavo Braz, Coordenador do Curso de Fisioterapia;
13 Prof.^a Maria José Rodrigues, Coordenadora do Curso de Geografia Bacharelado; Prof. Raimundo Agnelo
14 Soares Pessoa, Coordenador do Curso de História; Prof.^a Natasha Vicente da Silveira Costa, Vice
15 Coordenadora do Curso de Letras Inglês; Prof.^a Daviane Moreira e Silva, Coordenadora do Curso de Letras
16 Português; Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira, Coordenadora do Curso de Pedagogia; Prof. Érico Douglas
17 Vieira, Vice Coordenador do Curso de Psicologia; Prof. Ricardo Alexandre Figueiredo de Matos,
18 Coordenador do Curso de Química Bacharelado; Prof. Wesley Fernandes Vaz, Coordenador do Curso de
19 Química Licenciatura; Prof.^a Michele Silva Sacardo, Coordenadora do Mestrado em Educação; Prof.
20 Evandro César Clemente, Coordenador do Mestrado em Geografia; Prof. Sauli dos Santos Júnior,
21 Coordenador do Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde; Prof. Gecirlei Francisco da Silva, Coordenador
22 do Mestrado em Matemática PROFMAT; Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes, representando os Professores
23 Associados; Prof. Fernando Silva dos Santos, representando os Professores Assistentes; Prof.^a Cecília Nunes
24 Moreira representando os Professores Adjuntos; Prof. Paulo Roberto Rodrigues Meira, Presidente da CIS; Os
25 Servidores: Alécio Perini Martins, Josie Melissa Acelo Agrícola, Marcos Humberto Silva de Assis, Ricardo
26 Porto Simões Mathias, representando os servidores técnico-administrativos. Verificado o “quórum”, o Sr.
27 Presidente declarou abertos os trabalhos. **Primeiro Ponto da Pauta: Informes. Primeiro Informe: Ofício**
28 **Fundação Péter Murányi** – O Presidente informou sobre o ofício recebido da Fundação Péter Murányi,
29 convidando a instituição para participar do prêmio Fundação Péter Murányi 2016, indicando até dois
30 trabalhos, sob o tema “Alimentação”, disse que o ofício será encaminhado via *e-mail*. **Segundo Informe:**
31 **FORPLAD (Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Administração, Planejamento e Finanças)** – O
32 Presidente informou que nesse fórum foi discutida a situação atual, com relação às universidades públicas

33 que neste ano realmente era uma situação difícil, que estava difícil e que continuaria difícil, devido aos cortes
34 nos orçamentos. Disse que houve 50% (cinquenta por cento) de corte no capital e 10% (dez por cento) no
35 custeio, disse que o que foi preservado 100% (cem por cento) foi o recurso PNAES (Plano Nacional de
36 Assistência Estudantil) e também o recurso dos hospitais universitários, residência médica e residência
37 veterinária. Disse que no evento tinha um representante do MEC (Ministério da Educação) que falou da
38 necessidade de economia de energia, água, que se trabalhasse com todas as questões de economia. Disse que
39 em suma foi isso, repassaram que este ano seria um ano difícil e que 2016 (dois mil e dezesseis) também e
40 que isso exigirá uma definição do que seria prioridade para utilização dos recursos da melhor forma possível
41 com os cortes que vieram e isso era geral para todas as universidades. Outra questão que foi abordada no
42 evento foi sobre o Plano Nacional de Educação, sobre os objetivos e metas que tem que ser alcançados, mas
43 que exigem muita discussão nas universidades, principalmente porque em 2024 (dois mil e vinte e quatro) a
44 ideia será de se atingir a média de 10% (dez por cento) do PIB (Produto Interno Bruto) de financiamento
45 com a educação como um todo. **Terceiro Informe: Restaurante Universitário:** O Presidente disse que
46 havia acabado de chegar do Restaurante Universitário e que havia acontecido uma ocorrência, disse que teve
47 que vir correndo para o Câmpus não pôde nem almoçar, pois alguns alunos entraram no restaurante sem
48 pagar, e alguém chamou a polícia, disse que teve que ir até lá para intermediar a situação e eles tiveram que
49 pagar o valor mínimo fixado de R\$ 3,00 (três reais), caso contrário todos iriam para a delegacia, então após a
50 conversa com os alunos conseguiu se intermediar para que eles pagassem e evitassem que fossem todos para
51 a delegacia, mas um boletim de ocorrência foi feito, essa era a situação atual e o problema foi resolvido dessa
52 forma. **Quarto Informe: Ofício N.º 015/2015 CMS** – O Presidente informou sobre o recebimento do Ofício
53 N.º 015/2015 Conselho Municipal de Saúde, disse que o documento solicitava a indicação de dois nomes
54 para representar a instituição na composição do conselho e que tinha os nomes das Professoras Giulena Rosa
55 Leite, Ludmila Grego Maia e Edlaine Faria de Moura Vilela, já indicados para a composição desse conselho,
56 então teria que ter uma definição do conselho para a indicação. O Presidente fez a leitura do ofício: “O
57 Conselho Municipal de Saúde agradecido pela participação dos representantes da Universidade Federal de
58 Goiás Campus Jataí-UFG na VI Conferência Municipal de Saúde e após eleição neste evento, esta instituição
59 foi eleita para indicar um titular e um suplente para participar da Etapa da 8ª Conferência Regional Estadual
60 de Saúde no dia 13/08/2015. Solicitamos que nos envie estes nomes o mais breve possível, pois o prazo de
61 entrega destes nomes no Conselho Estadual de Saúde de Goiás se encerra na segunda-feira dia 22/06/2015.
62 Certos de sua atenção, apresentamos protestos de consideração, respeito e manifestamos nossos
63 agradecimentos”. O Presidente disse que como esse ofício chegou atrasado, foi solicitado um prazo até hoje
64 para a indicação desses nomes, após definição do Conselho Diretor. O Prof. Luíz Almeida da Silva disse o
65 que a Prof.^a Ludmila Grego Maia havia conversado com a Direção era que havia conferências municipal,
66 regional e nacional, então para a conferência municipal eram duas professoras pela universidade e uma pelo
67 conselho de enfermagem e que foram encaminhados esses nomes sem passar isso pelo Conselho Diretor.
68 Agora esta era outra etapa da conferência que era regional e que o nome das duas professoras permanecia à
69 disposição. O Prof. Luíz César de Souza disse que foi solicitado ao Curso de Educação Física a indicação de
70 nomes de professores titular e suplente para conferência municipal de saúde. Disse que o curso realizou

71 reunião e indicou os professores e que gostaria de esclarecimentos sobre porque os nomes dos professores
72 indicados não constam na solicitação atual. O Presidente disse que o único documento que chegou para a
73 Direção foi esse Ofício N.º 015/2015 CMS, após várias discussões, o assunto ficou para ser definido após
74 consulta à secretaria de saúde, consulta esta que seria feita pelo Prof. Luís César de Souza. O Prof. Luis
75 Antônio Serrão Contim disse que gostaria de fazer um comunicado, disse que na última segunda-feira ele e
76 uma comissão tiveram uma reunião na reitoria, pediu para contar com um pouco da paciência dos
77 conselheiros, pois ele pensava que o que ele falaria os afetaria e muito, disse que durante a pauta com o
78 Reitor em certo momento eles foram questionados porque Jataí insistiu em manter o Conselho Diretor, disse
79 que então ele fez um relato da situação, que estavam em processo eleitoral e que isso era até para garantir o
80 melhor andamento do processo, pois os encaminhamentos estavam sendo votados dentro do conselho, até o
81 final do processo eleitoral. Disse que assustou com a resposta do Reitor, pois de acordo com ele todos os
82 prazos para instalação do estatuto já expiraram e não existia mais Conselho Diretor, de acordo com o Reitor a
83 única instância deliberativa da Regional era o Conselho Gestor e que nada do que estava sendo feito aqui no
84 Conselho Diretor estava sendo deliberativo, disse que resumindo, estavam fazendo papel de palhaço aqui. O
85 Prof. Luis Antônio Serrão Contim disse que o Reitor informou que o que estava acontecendo aqui era que o
86 Diretor estava aprovando tudo *Ad referendum* do Conselho Gestor, então nada do que estavam achando que
87 estava sendo deliberado, estava sendo deliberado de verdade, por mais que o Diretor estivesse respeitando as
88 decisões dos conselheiros, mas as decisões estavam sendo feitas por ele *Ad referendum* do Conselho Gestor e
89 serão referendadas quando o Conselho Gestor estiver funcionando, disse que achava que tinham que pensar
90 nisso agora sobre o que estavam fazendo aqui. Disse que o segundo ponto que lhe assustou muito foi que ao
91 tocar no assunto da comissão eleitoral o Reitor foi muito enfático em dizer que o processo eleitoral estava
92 absolutamente irregular, disse que de acordo com o novo estatuto quem poderia realizar isso seria o Conselho
93 Gestor, disse que a lei não permitia que a instituição fizesse o processo de consulta diferente do que estava na
94 lei que era os 70/15/15 (setenta, quinze, quinze), isso queria dizer que esse processo de consulta precisava ser
95 feito de uma maneira totalmente informal, não poderia ser formal. Disse que em Goiânia eram os órgãos de
96 representação que faziam a consulta, o DCE (Diretório Central dos Estudantes) consultava os alunos, a
97 ADUFG (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás) consultava os professores e o
98 SINT/IFES (Sindicato dos Trabalhadores Técnico Administrativos em Educação) consultava os técnicos,
99 depois faz-se uma reunião dos órgãos de representação e encaminha a lista para ser referendada pelo
100 CONSUNI (Conselho Universitário). Disse que de acordo com a informação recebida, a forma que foi feita
101 aqui, de acordo com o Conselho Diretor era totalmente ilegal, disse que por mais que quisessem tocar isso
102 aqui, assim que tivesse o resultado a outra chapa que perder poderá entrar na justiça e poderá ganhar a
103 anulação do pleito, então precisava saber e conversar sobre isso, pois isso colocava em cheque o que estava
104 sendo feito aqui e o processo eleitoral que estava acontecendo. O Presidente agradeceu o Professor por ter
105 apresentado o assunto, disse que a discussão e esclarecimentos sobre o assunto constava em atas e que
106 quando foi decidida a manutenção do Conselho Diretor ele questionou aos conselheiros se assumiriam o que
107 estavam votando aqui. Disse que foi feita uma consulta a reitoria quanto a decisão do conselho, e que foi
108 recebido uma resposta em forma de memorando, em seguida o Presidente fez a leitura do memorando:

109 “Memorando N.º 207/GAB/UFG, Em 03 de junho de 2015. Ao Sr. Diretor da Regional Jataí/UFG. Assunto:
110 Encaminha esclarecimentos sobre a implantação do Conselho Gestor na Regional Jataí. Em resposta ao
111 Memorando n.º 240 dessa Regional, de 28 de maio de 2015, que encaminha consulta sobre a instalação do
112 Conselho Gestor da Regional Jataí, temos a esclarecer o que segue: 1. A implantação do novo Estatuto e do
113 novo Regimento da UFG foi concluída com o ato de instalação do Conselho Universitário – instância
114 máxima de deliberação, em reunião realizada no dia 29 de maio de 2015. Por uma questão de agenda, o
115 CEPEC será instalado em data a ser definida no mês de junho de 2015. 2. Desse forma, todas as decisões no
116 âmbito da Universidade deverão ser encaminhadas via colegiados/câmaras/conselhos estatutários e
117 regimentais em vigor. No caso da não instalação de uma dessas instâncias deliberativas, o seu
118 dirigente/presidente deve encaminhar as decisões para a instância imediatamente superior, com a aprovação
119 *ad referendum* das mesmas e, neste caso, as decisões deverão ser homologadas/referendadas tão logo a
120 instalação ocorra. Atenciosamente, Prof. Manoel Rodrigues Chaves, Vice-Reitor no exercício da Reitoria”. A
121 Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes disse que gostaria de solicitar uma cópia dessa consulta e gostaria de ter
122 acesso a esse documento, disse que não entendia o porquê da consulta se já tinha sido uma decisão do
123 Conselho, então porque haveria uma nova consulta se o Presidente já havia feito uma consulta na frente dos
124 conselheiros, interrompeu o pronunciamento de um colega, que naquele momento teve até uma manifestação
125 de repúdio quanto a isso, para conversar com o procurador da universidade naquele momento, então a
126 consulta tinha sido feita. Então, qual era a razão, qual o motivo dessa nova consulta se já tinham decidido,
127 disse que acreditava que o pedido do Presidente reforçava a não validação do que foi aprovado no conselho,
128 disse então que queria ter acesso a essa consulta realizada e à resposta oficial. Disse que particularmente
129 considerava isso um desrespeito mesmo a decisão que foi tomada no Conselho Diretor, disse que considerava
130 algumas posturas dessa direção desrespeitosas de fato com todo o processo que estava acontecendo dentro da
131 universidade, como por exemplo, essa própria chamada, essa própria convocação para reunião do Conselho
132 Diretor, não poderia desconsiderar que estavam em greve, o Reitor anunciou publicamente na reunião do
133 CEPEC (Câmara de Pesquisa Extensão e Cultura) que a Regional de Jataí estava em greve, então estava
134 desconsiderando isso, ainda que nem todos apoiavam, ainda que nem todos concordavam, disse que até onde
135 sabia o comando local de greve enviou um pedido de que houvesse uma suspensão de calendário na pauta
136 que não foi inserida, então a direção estava desconsiderando, ainda que seja esse fórum ou não para ser
137 aprovado o calendário, não era aqui, tudo bem, mas simplesmente estavam ignorando o processo? Era isso,
138 que estava acontecendo? Queria dizer que todas essas pessoas que estavam aqui dentro do conselho se
139 manifestando contrária a forma que a Universidade Federal de Jataí estava os tratando, com desrespeito
140 absoluto. Disse que aqui as pessoas estavam nesse conselho e esperavam que o Presidente desse conselho os
141 representasse, disse que ela particularmente, quando via o Presidente assinando um documento *Ad*
142 *referendum* entendia que ele concordava com a postura de Goiânia, que ele discordava com aquilo que foi
143 debatido, discutido e votado que foi democraticamente colocado em discussão e foi votado para que o
144 Conselho Diretor se mantivesse funcionando, então não entendia porque ele era contrário a tudo isso. O
145 Presidente disse que primeiro se estivesse desrespeitando não estariam em uma reunião convocada para o
146 Conselho Diretor, esse era o primeiro ponto, se estivesse desrespeitando não teria convocado essa reunião e

147 essa era uma reunião do Conselho Diretor, em respeito à decisão tomada. Com relação a postura de Goiânia,
148 disse que no Cargo de Direção o que fazia era seguir o estatuto e regimento e nesse regimento estava escrito
149 todas as funções do Diretor, de Coordenador de Curso, Chefe e o que ele tinha feito era seguir esse
150 regimento, essa era uma de suas atribuições. Disse que sua obrigação que vinha sido feita era de alertá-los
151 com relação a isso e isso foi feito e estava registrado em ata, as explicações foram feitas, mas em respeito
152 justamente a esse conselho se a maioria decidiu que prefere seguir dessa forma, tanto que mesmo ciente que
153 isso era contrário ao estatuto, assinou o edital para a consulta eleitoral em respeito a decisão desse conselho,
154 seria um desrespeito se não tivesse feito isso. Com relação a greve dos docentes, o que ele queria dizer era o
155 seguinte: A situação dos docentes da Regional Jataí era uma situação diferenciada, atípica pois na verdade
156 tinha dois sindicatos na regional, que era a ADUFG (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de
157 Goiás) e a ADCAJ (Associação dos Docentes dos Câmpus de Jataí), dentro desse contexto e apesar de ter se
158 falado que a regional estava em greve. Disse que quando ficou sabendo que o Reitor reconheceu que a
159 Regional Jataí estava em greve a primeira coisa que fez foi contatar o reitor para saber dele mesmo se isso
160 foi feito, pois precisava dessa informação para ter um respaldo, pois o que via era que a seção sindical
161 ADCAJ (Associação dos Docentes dos Câmpus de Jataí) fez a assembleia deliberou pelo estado de greve e o
162 Reitor falou que o que foi dito foi que a Regional Jataí e a Regional Goiás estavam em estado de greve, isso
163 foi que foi passado. Então o que se via era que por parte de um sindicato ainda estavam ocorrendo
164 assembleias e questão de greve, não era ele que decidia eram os sindicatos. Disse que enquanto gestor estava
165 aguardando um posicionamento geral da Regional. A Prof.^a Cecília Nunes Moreira disse que tinha que voltar
166 na fala do Prof. Luis Antônio Serrão Contim, para discutir sobre a questão do conselho, pois não adiantava
167 ficar pensando que estava deliberando, sendo que não estava deliberando, se não estava valendo não
168 adiantava querer continuar e resolver se o conselho não existia mais. O Prof. Fernando Silva dos Santos disse
169 que havia um equívoco de interpretação, uma vez que esse Conselho Diretor aprovou a manutenção dele pelo
170 tempo necessário para concluir o processo eleitoral, encaminhar as questões administrativas no período em
171 que estava transitando e não havia nenhum espaço legal de imposição quando se tinha modelos transitando,
172 se fosse assim a ilegalidade está quanto ao modelo que foi implementado as chamadas unidades acadêmicas
173 especiais, disse que a colega de unidade ainda não tinha secretária, então estava ilegal. Disse que então
174 precisava rever essa questão de legalidade e ilegalidade, disse que na verdade estavam aqui em um espaço
175 que se defendia democrático e que não havia nenhum reconhecimento de greve feito sob tutela, ainda que o
176 estado libere aos sindicatos do ponto de vista formal e ainda que legal, não havia tutela, não era a benção do
177 Reitor que decretaria se estavam ou não de greve, disse que a categoria reuniu em dez de junho passado e
178 discutiu e deliberou pela greve, a maioria presente deliberou pela greve. Disse que se estavam aqui de forma
179 ilegal, se o processo de consulta era ilegal, poderia dizer então que essa Direção também era ilegal? Pois a
180 consulta foi feita nos mesmos moldes, não foi feita diferente. Disse que quando questionava se era a entidade
181 que organizaria o processo, isso dizia muito da história, disse que não entendia isso, disse que há quatro anos
182 foi chamado para uma consulta eleitoral e votou, disse que olhava isso e via legalidade. Disse que era
183 perigoso fazer esse tipo de movimentação, disse que se havia aqui o mínimo de respeito entre os pares
184 independente de ser contra ou a favor a qualquer coisa, precisava saber o seguinte: O processo de consulta

185 era legal? Disse que quem era o Juiz em uma situação dessas, qual era o precedente jurídico, a forma de
186 intervenção legal, isso seria somente de cima para baixo, mas acreditava que o Reitor jamais se exporia seria
187 exposto dessa forma, disse que gostaria de deixar seu repúdio para essa tentativa de legalidade, disse que
188 esse apego pela legalidade era um equívoco e que esse era um processo legítimo. O Presidente disse que a
189 situação discutida era o que era melhor para a Regional Jataí, as consequências do que era decidido aqui para
190 o futuro da regional. Disse que como Presidente do Conselho tentava fazer tudo da melhor forma seguindo
191 algumas diretrizes, quando fez a consulta inicialmente, foi feita por telefone, falada por telefone e que
192 precisava de um documento por escrito para que ficasse respaldado, então agora ele tinha esse documento
193 que tinha vindo de um nível hierarquicamente superior com as informações necessárias, por isso foi feita a
194 consulta formal. O Prof. Fernando Silva dos Santos questionou o que a mesa encaminharia quanto a
195 apreciação do documento. O Presidente disse que o encaminhamento que fazia era que há três conselhos
196 atrás ele já havia explicado a situação, disse que estavam em situação irregular e isso era fato. Agora poderia
197 continuar com o Conselho Diretor, pois era uma decisão do Conselho Diretor, agora se tivesse alguma
198 decisão seria encaminhada *ad referendum* do Conselho Gestor e quando esse fosse instalado o Conselho
199 Gestor seria referendado. Não era a questão do que encaminhava, pois o encaminhamento eram os
200 conselheiros que passariam o encaminhamento e o que seria decidido, como sempre foi feito. O Prof. Luis
201 Antônio Serrão Contim disse que sua fala não era posição própria, disse que gostaria era de sociabilizar a
202 fala do Reitor que o deixou muito preocupado e essa fala do Reitor deixou muito claro o seguinte: O que
203 estavam vivendo aqui e chamando de Conselho Diretor, nada era deliberativo era apenas um fórum de
204 discussão. Disse que sua intenção era colocar essa questão e ir embora, como o Prof. Raimundo Agnelo
205 Soares Pessoa estava fazendo, disse que não voltaria em outro Conselho Diretor, disse que não sabia por que
206 essa pauta foi feita, para votar o que? Deliberar o que? Disse que nada sairá da reunião com certidão de ata
207 do Conselho Diretor, oficialmente o conselho não valia nada, a não ser como um fórum de discussão, por
208 isso ele colocou essa discussão, pois isso era muito grave e disse que se isso fosse dessa forma ele não
209 continuaria a vir no conselho. Disse que foi votado para que o Conselho Diretor se mantivesse até agosto,
210 mas se manteria de forma? Como um fórum de discussão, não, não foi isso que foi votado. Disse que então
211 gostaria de questionar aos conselheiros se continuariam com o fórum de discussão? Se não fosse o que
212 fariam? O Prof. Luís César de Souza solicitou a releitura da resposta da reitoria, o Presidente passou o
213 documento para que o professor fizesse a leitura. O Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa disse que quanto
214 o Diretor foi eleito, foi eleito para o Câmpus Jataí, questionou em seguida em que momento o Diretor foi
215 “ungido” de Diretor de Regional? O Presidente respondeu que foi a partir de uma retificação da portaria
216 emitida pelo Reitor. O Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa disse que gostaria de saber o número e a data
217 dessa portaria, precisava desse documento. A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes disse que sua fala inicial
218 precisava de uma resposta desse conselho, disse que concordava plenamente com o Prof. Fernando Silva dos
219 Santos, disse que mais do que a questão de legalidade desse fato, gostaria de saber qual a representatividade
220 do Conselho. Disse que foi decidido pela permanência dessa instância enquanto espaço de deliberação
221 máxima e essa foi a decisão para aquilo, que era enquanto era Câmpus Jataí esse era o espaço de deliberação
222 máximo. Falou que a partir do momento que passava a ser Câmpus Jataí, Regional Jataí e por uma portaria o

223 Presidente passou a ser designado Diretor da Regional Jataí, disse que gostaria de saber em que momento ele
224 foi empoderado para destituir esse conselho de qualquer poder, porque os conselheiros decidiram por estarem
225 aqui. Disse que pelo que parecia, poderia até estar enganada, mas era o que parecia, pois quando o Presidente
226 assinava um ad referendum, ele não reconhecia a vontade do conselho. Disse que então de duas, uma, era
227 uma questão prática. Ou o Conselho destituía o Presidente ou o Presidente destituía o Conselho. Disse que
228 em seu entendimento era isso, ou eles não reconheciam mais o Presidente como seu representante, ou ele
229 dizia que era o representante máximo, porque o Reitor assim me nomeou e eu não trabalhava mais como
230 representante de todos conselheiros, ou dizia: eu represento o desejo do Reitor aqui, porque a lei é essa,
231 porque o estatuto novo é esse, o regimento novo é esse, ou estava do lado dos conselheiros ou estava do lado
232 do Reitor, não tinha outro jeito, porque o Reitor não estava do lado dos conselheiros, por mais que aqui o
233 discurso fosse que somos todos UFG (Universidade Federal de Goiás), sabia-se que não eram, disse que
234 estavam sentindo na pele que não eram. O Presidente disse que primeiro houve uma eleição no então
235 Câmpus Jataí e ele foi eleito pela maioria dos votos e era o representante legal dessa instituição, da Regional
236 Jataí, dentro da UFG (Universidade Federal de Goiás), disse que foi uma eleição legal, então ele era o
237 representante. Disse que a partir do momento que o regimento e o estatuto da Universidade Federal de Goiás,
238 estavam em processo de elaboração, foi aprovado, teve o tempo de implantação dos órgãos colegiados. Disse
239 que poderia fazer a mesma analogia com o CONSUNI (Conselho Universitário), pois a estrutura antiga do
240 Conselho Universitário não contemplava o estatuto atual, então houve a designação de chefes e subchefes da
241 Unidade Acadêmicas Especiais, para ter os nomes que representarão a unidade no Conselho Universitário.
242 Disse que houve o tempo para instalação, tempo esse que foi prorrogado por trinta dias e depois por mais
243 trinta dias. Disse que quanto a destituir ou não destituir o conselho, por diversas vezes a finalização do
244 conselho esteve em pauta, o questionamento era de como ficariam as atas não aprovadas em conselho diretor
245 e houve uma consulta em relação a isso, e o conselho continuaria apenas para aprovação das atas, mas apesar
246 de todos os esclarecimentos decidiu-se continuar com o Conselho Diretor. Com relação ao processo de
247 eleição, até a do Reitor foram feitas dessa forma, mas surgiu um questionamento do Ministério Público
248 quanto a isso e por isso foi feita a instrução normativa que foi repassada aos conselheiros. O Prof. Fernando
249 Silva dos Santos disse que a título de esclarecimento, que a lei que regia o processo era a lei de n.º 5564
250 (cinco mil quinhentos e sessenta e quatro) de 1968 (mil novecentos e sessenta e oito), no âmbito da ditadura
251 militar, disse que então ratificando, uma normativa estranhamente saída de um processo justamente de
252 criminalização de movimentos sociais, o que normatizava isso no entendimento era que uma reforma
253 universitária de 1968 (mil novecentos e sessenta e oito), uma lei de normatização de 1995 (mil novecentos e
254 noventa e cinco), disse que mesmo a normativa era de 2007 (dois mil e sete), então o que estavam dizendo
255 era que as eleições de lá para cá ou consulta, ou o nome que se quisesse dar estavam ilegais, inclusive a do
256 Presidente do Conselho, disse que estavam batendo na mesma tecla que era ilegal, disse que queria dizer que
257 o caminho que estava sendo trilhado era quanto a legalidade do Reitor que estava lá, da Direção que aqui
258 estava e de outras que possam ocorrer nesse formato. A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes disse que
259 respondendo a pergunta do Presidente de qual seria a intenção de sua fala, disse que não tinha outra intenção
260 a não ser deixar muito claro para todos os membros do Conselho Diretor, não a legalidade, mas se exigiriam

261 ou não, respeito à decisão do conselho e saber do Presidente, enquanto Presidente desse espaço, desse
262 conselho se ele ainda existia, se respeitaria a decisão do conselho. Disse que em sua opinião quando o
263 Presidente assinava *ad referendum* não estava respeitando a decisão dos conselheiros. Quanto a instalação de
264 o Conselho Universitário estar atrelado a implantação nas regionais, disse que não entendia a fala do
265 Presidente, pois sabia que o estatuto não estava implantado, os espaços da regional não estavam respeitados
266 dentro do que estava configurado no estatuto, então não justificava a implantação do Conselho Universitário
267 estar atrelada a isso não se justificava. O Presidente disse que falou que para que o novo Conselho
268 Universitário fosse implantado, necessitava que as regionais já tivessem estruturado, pois existiam
269 representantes das regionais que representariam no Conselho Universitário. A Prof.^a Alessandra Feijó
270 Marcondes disse que só precisavam ter um nome para apanhar, para eles baterem lá. O Presidente disse que
271 com o novo estatuto teria mais sete representantes no Conselho Universitário, ou seja, seriam oito
272 representantes, disse que preferia essa nova estrutura, pois assim teria mais pessoas em defesa da Regional
273 Jataí. Com relação ao respeito, disse que se ele não tivesse, não estariam aqui hoje. A Prof.^a Alessandra Feijó
274 Marcondes disse que quando falava em respeito, ela gostaria de ter o conhecimento oficial do que foi a
275 consulta, da resposta e como a resposta seria interpretada, e como seria acatada ou não. Quanto a eleição
276 disse que havia um erro no edital divulgado, pois era um processo consultivo, então precisava de uma
277 retificação. O Presidente disse que quanto ao edital divulgado a Direção fez observações de correções à
278 comissão, porém não foram acatadas, então a comissão tinha que responder. A Prof.^a Rosemara Perpétua
279 Lopes disse que algumas sugestões foram dadas, mas que nada foi alterado, devido a definição em reunião
280 do conselho ter sido de alterações somente de datas, mas que se fosse necessária a retificação será feita. O
281 Prof. André Felipe Soares de Arruda disse que gostaria de destacar alguns pontos, o professor fez a leitura do
282 artigo 207 (duzentos e sete) da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-
283 científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de
284 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Disse que para deixar isso claro era importante
285 destacar, que o estatuto em nenhum momento apontava a possibilidade de recondução de um Diretor de
286 Câmpus para Diretor de Regional, do mesmo modo que o estatuto era omissivo quanto a isso, era também
287 quanto ao processo de transição com relação a extensão desse conselho como estrutura ou unidade
288 deliberativa, então quando convinha uma postura tinha um sentido e quando não convinha tinha outro
289 sentido, disse que repetia que o estatuto era omissivo quanto a recondução de um Diretor de Câmpus para
290 Diretor de Regional da mesma forma que era omissivo com relação a essa transição, disse que a resolução que
291 vinha complementar o estatuto era omissiva no mesmo sentido. O Prof. Luís César de Souza disse que depois
292 de ouvir os conselheiros sobre o assunto e a sociabilização do Prof. Luis Antônio Serrão Contim, disse sobre
293 a reunião em que teve com o Reitor disse que não estava aqui perdendo tempo, disse que estava trabalhando.
294 Disse que quando chegou no Câmpus em 2008 (dois mil e oito), em época de discussão sobre vagas, o
295 conselho era um espaço de deliberação coletiva, de lá para cá ocorreram uma série de acontecimentos, como
296 a implantação do novo estatuto. Disse que terem deliberado pela manutenção do Conselho Diretor e a nota
297 da Reitoria de que já tinha instalado o Conselho Universitário, depois de uma série de discussões, aceitar
298 essa nota como uma desmoralização, disse que gostaria que ficasse claro em sua fala que não se tratava de

299 uma contraposição à Goiânia, pois eram parte da Universidade Federal de Goiás. Mas havia uma questão que
300 precisava ser desenvolvida, pois aqui eram cinco unidades acadêmicas especiais, disse que tinham força de
301 Conselho Diretor, que fizeram essa deliberação, foi prestado o esclarecimento de que recebeu a nota da
302 reitoria, disse que lhe parecia que esse conselho permanecia com legitimidade, então não gostaria que o que
303 fosse encaminhado pelo Conselho Diretor fosse desrespeitado ou minimizado diante de todo esse cenário. O
304 Prof. Luiz Almeida da Silva disse que tinha alguns ponderamentos frente às questões, disse que foi colocada
305 a questão do processo eleitoral, que vinha sendo avisada há muito tempo. Disse que não tinha essa lembrança
306 de em nenhum momento o Presidente ter colocado sobre essa questão da irregularidade ou não desse
307 processo eleitoral, tanto que a comissão foi formada aqui nesse Conselho Diretor, então precisava refletir
308 bem quanto a isso. Disse que erros como respeito coletivo, disse que concordava com a ideia do Prof. Luis
309 Antônio Serrão Contim que não queria estar aqui, fazendo papel de palhaço, que as questões que estavam
310 deliberando não fossem consideradas. Disse que uma outra questão que gostaria de perguntar era que foi
311 feita uma consulta no dia dois de junho, hoje já estavam no dia vinte e quatro de junho, então se teve uma
312 resposta negativa ao que o conselho havia decidido, porque não foi sociabilizado em uma reunião
313 extraordinária, para dizer que para o que foi decidido no conselho, a reitoria deu uma resposta contrária e
314 para saber qual seria o próximo passo. Disse que uma outra questão era que toda essa questão, disse que
315 trazia uma questão relacionada com a implantação das unidades e mudança do estatuto, vendo a questão de
316 ilegalidade ou não, disse que estavam vivenciando a descentralização do trabalho e do poder em Goiânia e
317 isso tinha tirado constantemente a autonomia e o poder da Regional de gerenciar as próprias necessidades.
318 Disse que fazia um aclame a todos os conselheiros, para que não fossem feitos de palhaços, aquilo que foi
319 deliberado, esse conselho era um conselho legítimo, se o conselho deliberou estava deliberado, agora se o
320 Diretor fazia uma aprovação *ad referendum*, aí já era um problema dele, dali para frente. Disse que o
321 Conselho estava bancando a sua decisão quando estavam aqui nesse conselho, deliberaram e assinaram as
322 atas. Agora se o Diretor faz lá *ad referendum* era um posicionamento dele e se isso era uma questão pessoal
323 dele e ele achava que não dava para reconhecer a questão como conselheiros, então ele tinha que ver depois
324 como ficaria a questão da legalidade, mas legalmente os conselheiros estavam aqui deliberando, sendo
325 convocados, tinham pauta, falas e atas registradas. Disse que achava que não podiam se curvar a todo esse
326 histórico, porque senão sem dúvida alguma estariam aqui sendo palhaços. O Presidente disse que o primeiro
327 ponto era que não tinha questão pessoal envolvida nesse processo, quanto a questão do *Ad referendum* era em
328 respeito a esse conselho, pois as deliberações estavam sendo encaminhadas, agora se estava tendo validade
329 ou não, não era a Direção que diria isso. O Prof. Luiz Almeida da Silva disse que após o término da fala dele
330 o Presidente falou que era uma questão pessoal e ele queria que ele esclarecesse e colocasse qual era a
331 questão pessoal que ele se dirigiu ao Presidente na fala dele, porque ele estava discutindo aqui nada pessoal,
332 disse que estava discutindo questões relacionadas a universidade. O Presidente disse que o professor
333 entendeu errado, que ele não falou que era pessoal, ele disse que não era questão pessoal. O Prof. Fernando
334 Silva dos Santos solicitou a inserção do ponto sobre a suspensão do calendário. O Presidente disse que sim,
335 poderia inserir ao final da pauta, e que a não inclusão desse ponto foi um erro da secretaria executiva. O Prof.
336 André Felipe Soares de Arruda solicitou que fosse invertida a pauta, após discussões em votação a inversão

337 da pauta foi aprovada com o registro de 12 (doze) votos favoráveis, 10 (dez) contrários e 3 (três) abstenções.
338 O Prof. Fernando Silva dos Santos disse que o pedido foi encaminhado por entender que as atividades
339 estavam comprometidas com a deflagração de greve, disse que era importante que esse espaço pudesse
340 encaminhar, legitimar essa necessidade da suspensão do calendário acadêmico, disse que precisavam
341 encaminhar finalizações de atividades, para que os professores e alunos pudessem ter as condições mínimas
342 de repensar e colocar suas atividades quando do reinício das atividades. Disse que a suspensão do calendário
343 era extremamente importante para que conseguisse a manutenção das atividades de ensino e para que
344 pudessem ter tempo necessário para o lançamento das notas e repensar as atividades quando do regresso das
345 atividades normais. O Presidente disse que o calendário acadêmico era uma resolução e que não era decidido
346 no Conselho Diretor, essa decisão ocorre no CEPEC (Conselho de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura). O
347 Prof. André Felipe Soares de Arruda disse que hoje eram cinco cursos absolutamente parados, com uma
348 média de oitocentos a mil alunos, disse que tinham duas categorias de discentes: prejudicados e não
349 prejudicados. O Prof. Fernando Silva dos Santos disse que seu encaminhamento era colocar a solicitação de
350 suspensão do calendário acadêmico, para que seja encaminhada ao CONSUNI (Conselho Universitário) e
351 CEPEC (Conselho de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura). Após discussões, em votação o
352 encaminhamento do Prof. Fernando Silva dos Santos, foi aprovado com o registro de 15 (quinze) votos
353 favoráveis, 6 (seis) contrários e 5 (cinco) abstenções. **Segundo Ponto da Pauta: Apreciação das Atas:** Ata
354 03/09/2014 (três de setembro de dois mil e quatorze); Ata 24/09/2014 (vinte e quatro de setembro de dois mil
355 e quatorze); Ata 15/10/2014 (quinze de outubro de dois mil e quatorze); Ata 20/05/2015 (vinte de maio de
356 dois mil e quinze); Ata 27/05/2015 (vinte e sete de maio de dois mil e quinze) e 03/06/2015 (três de junho de
357 dois mil e quinze). Em apreciação todas as atas, sem observações. Em votação as atas foram aprovadas com
358 o registro de 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **Terceiro Ponto da Pauta: Projeto de**
359 **Pesquisa: Quando a Escola (Re) Descobre o museu: Educação Patrimonial e História local nas escolas**
360 **públicas do Município de Jataí-GO**, do interesse do Curso de História. Coordenadora: Prof.^a Ana Lorym
361 Soares. **Quarto Ponto da Pauta: Projeto de Pesquisa: O Livro como Missão: A psicografia como prática**
362 **letrada a partir da coleção a vida no mundo espiritual (1944-1968)**, do interesse do Curso de História.
363 Coordenadora: Prof.^a Ana Lorym Soares. **Quinto Ponto da Pauta: Projeto de Pesquisa: A Temática**
364 **Indígena no ensino de história e os desafios na implementação da lei 11.645/2008**, do interesse do Curso
365 de História. Coordenadora: Prof.^a Sandra Nara da Silva Novais, relatados pelo Prof. Raimundo Agnelo
366 Soares Pessoa, o três projetos com pareceres favoráveis. **Sexto Ponto da Pauta: Projeto de Pesquisa:**
367 **Linguagem Cartográfica no Ensino de Geografia**, do interesse do Curso de Mestrado em Geografia.
368 Coordenadora: Débora da Silva Pereira. **Sétimo Ponto da Pauta: Projeto de Pesquisa: O Município de**
369 **Jataí – GO no contexto do Território Rural de identidade Parque das Emas**, do interesse do Curso de
370 Mestrado em Geografia. Coordenadora: Leidiane Cristina Monteiro Silva, relatados pelo Prof. Evandro
371 César Clemente, os dois projetos com pareceres favoráveis. Em votação os projetos de pesquisa foram
372 aprovados com o registro da unanimidade dos votos. **Oitavo Ponto da Pauta: Processos de Progressão e**
373 **Estágio Probatório**. Relator: Comissões CAD (Comissões de Avaliações Docentes), relatos lidos pelo Prof.
374 Paulo Roberto Rodrigues Meira. **Processos relatados pela comissão presidida pela Prof.^a Cecília Nunes**

375 **Moreira: Processos de Estágio Probatório:** Processo 23070.014420/2012-97 – Alexandre Pancotti;
376 Processo 23070.000187/2012-65 – Grace Kelly Souza Carmo Goulart. **Processo de Progressão por**
377 **Avaliação de Desempenho:** Processo 23070.005833/2015-23 – Daisy Araújo Vilela. **Processos relatados**
378 **pela comissão presidida pela Prof.^a Vera Lúcia Banys: Processos de Progressão por Avaliação de**
379 **Desempenho:** Processo 23070.001618/2015-53 – João Batista Pereira Cabral; Processo 23070.005006/2015-
380 30 – Thelma Shirlen Soares. **Processos relatados pela comissão presidida pelo Prof. Paulo Roberto**
381 **Rodrigues Meira: Processos de Estágio Probatório:** Processo 23070.014324/2013-20 – Liliane Nebo;
382 Processo 23070.005516/2012-64 – Paulo Afonso Parreira Júnior; Processo 23070.002492/2012-91 – Marcio
383 Moraes Lopes. **Processos de Progressão por Avaliação de Desempenho:** Processo 23070.004709/2015-41
384 – Luis Antônio Serrão Cotim; Processo 23070.005005/2015-95 – Matheus de Souza Lima Ribeiro; Processo
385 23070.004273/2015-90 – Gildiberto Mendonça de Oliveira. **Processo relatado pela comissão presidida**
386 **pelo Prof. Ricardo Alexandre Figueiredo de Matos: Processo de Progressão por Avaliação de**
387 **Desempenho:** Processo 23070.002985/2015-74 – Erin Caperuto de Almeida. **Processo relatado pela**
388 **comissão presidida pela Prof.^a Vera Lúcia Dias da Silva. Processo de Progressão por Avaliação de**
389 **Desempenho:** Processo 23070.005182/2015-71 – Liliane Nebo. Todos os relatórios com pareceres
390 favoráveis. Em votação os relatórios foram aprovados com o registro da unanimidade dos votos. **Nono Ponto**
391 **da Pauta: Processo 23070.005104/2015-77 – Concurso para Professor Efetivo Área Patologia Geral**
392 **Humana – Recursos Interpostos – Homologação de Ad-Referendum – Relator: Comissão de Avaliação de**
393 **Recursos. Recurso interposto pela candidata Aline de Araújo Freitas, solicitando homologação da inscrição.**
394 **Resposta da Comissão de Avaliação de Recursos: “Após avaliação dos argumentos apresentados pela**
395 **candidata, a Comissão de Avaliação de Recursos, representando o Conselho Diretor desta Regional, resolve**
396 **indeferir o pedido de recurso da referida candidata, não homologando sua inscrição”. Recurso interposto pela**
397 **candidata Eliane Gouveia de Moraes Sanchez, solicitando homologação da inscrição. Resposta da Comissão**
398 **de Avaliação de Recursos: “Após avaliação dos argumentos apresentados pela candidata, a Comissão de**
399 **Avaliação de Recursos, representando o Conselho Diretor desta Regional, resolve deferir o pedido de recurso**
400 **da referida candidata, homologando sua inscrição”. Inserção de ponto de Pauta: Recurso interposto pelo**
401 **Candidato Marcelo Boaventura, Processo N.º 23070.003744/2015-42, Concurso para Professor Efetivo:**
402 **Área: Educação Matemática. Solicitação de verificação da gravação do áudio da prova didática e do**
403 **memorial e análise e julgamento do “teor das perguntas e respostas, durante as provas”. Resposta da**
404 **Comissão de Avaliação de Recursos: Após avaliação dos argumentos apresentados, a Comissão de Avaliação**
405 **de Recursos, representando o Conselho Diretor desta Regional, conforme estabelece a Portaria 079/2015-**
406 **REJ/UFG, resolve: indeferir a solicitação devido à ausência de argumentos concretos para o embasamento da**
407 **mesma. Décimo Ponto da Pauta: Processo 23070.020566/2014-33 – Concurso para Professor Efetivo**
408 **Área Enfermagem Clínica e Enfermagem em Doenças Infecciosas – Recurso Interposto – Resposta da**
409 **Banca Examinadora – Relator: Comissão de Avaliação de Recursos. O Prof. Paulo Freitas Gomes fez a**
410 **leitura da resposta apresentada pela Banca Examinadora, em uma ata de reavaliação: “Às quinze horas do dia**
411 **oito (08) do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na sala 108 (cento e oito) do Prédio Administrativo da**
412 **Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Reuniu-se a Banca Examinadora do Concurso Público**

413 para o cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A da Regional Jataí, área de
414 "Enfermagem Clínica e Enfermagem em Doenças infecciosas", processo n.º 23070.020566/2014-33
415 designada pela Portaria 466 de 04 de fevereiro de 2015, do vice-reitor da Universidade Federal de Goiás,
416 composta pelos professores Prof.ª Dr.ª Renata Alessandra Evangelista (UFG/RC), Prof.ª Dr.ª Renata Cristina
417 da Penha Silveira (UFSJ) e Prof.ª Dr.ª Gylce Eloisa Panitz Cruz (UFSJ), para responder a solicitação do
418 deferimento da Avaliação da Prova Didática da Comissão de Avaliação de Recursos, representando o
419 Conselho Diretor da Regional Jataí, conforme estabelece a Portaria 046/2015-REJ/UFG, foi realizada a
420 audição da gravação na íntegra da prova didática da candidata Isabel Cristina de Assis Salama pelos
421 membros da banca. Em seguida, os membros da banca realizaram a avaliação individualmente atribuíram
422 suas notas conforme Formulário de Critérios e Relatório de Avaliação da Prova Didática, da Universidade
423 Federal de Goiás, Regional Jataí, assim, descritas, (Prof.ª Dr.ª Renata Alessandra Evangelista – nota: 3,30;
424 Prof.ª Dr.ª Renata Cristina da Penha Silveira – nota: 2,77; Prof.ª Dr.ª Gylce Eloisa Panitz Cruz – nota: 3,48),
425 conforme documentação anexa. A seguir, os membros da banca retificaram a Tabela de Resultado Auxiliar da
426 Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí que resultou a média final de dois vírgula zero sete pontos
427 (2,07), que anteriormente era igual a um vírgula vinte e dois pontos (1,22) conforme anexo. Nada mais
428 havendo a tratar, a banca examinadora deu por encerrado os trabalhos às dezenove horas e lavrou-se a
429 presente ata que segue assinada por todos os membros". Após leitura da resposta apresentada pela banca
430 examinadora, o Prof. Paulo Freitas Gomes apresentou o parecer da comissão de avaliação de recursos: "Após
431 avaliação dos argumentos apresentados pela candidata, a Comissão de Avaliação de Recursos, representando
432 o Conselho Diretor desta Regional, resolve COMUNICAR o seguinte: 1. Que a banca examinadora
433 composta pelos seguintes membros: Prof.ª Dr.ª Renata Alessandra Evangelista da Regional Catalão/UFG
434 (Presidente), Prof.ª Dr.ª Renata Cristina da Penha Silveira da Universidade Federal de São João Del-Rei
435 (Membro), Prof.ª Dr.ª Gylce Eloísa Cabreira Panitz Cruz da Universidade Federal de São João Del-Rei
436 (Membro), Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Marchi Barcellos Dalri da Escola de Enfermagem de Ribeirão
437 Preto/USP (Suplente), Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi da Escola de Enfermagem de
438 Ribeirão Preto/USP (Suplente) reavaliaram a prova didática da referida candidata, conforme solicitado por
439 esta Comissão de Avaliação Recursos, e cujo resultado encontra-se nos autos do processo; 2.Tendo em vista
440 o fato anterior, a Comissão de Recurso aprova a reavaliação feita". Em discussão e em seguida em votação
441 os pareceres da Comissão de Avaliação Recursos foram aprovados com o registro de 24 (vinte e quatro)
442 votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. **Décimo Primeiro Ponto da Pauta: Relatório/Encaminhamentos**
443 **Comissão Eleitoral sobre o Processo Consultivo Gestão 2015-2019.** A Prof.ª Rosemara Perpétua Lopes
444 fez a leitura do relatório de atividade realizada nos dias 18 (dezoito) e 19 (dezenove) de junho de 2015 (dois
445 mil e quinze): "Atendendo ao previsto no Calendário de Consulta Eleitoral, nos dias 18 e 19 de junho de
446 2015, quinta e sexta-feira, respectivamente, foi realizada a inscrição de Chapa, em local e horários constantes
447 no Edital 001/2015, pelos docentes que compõem a Comissão Eleitoral, conforme segue: 18/06 (quinta-
448 feira), período da manhã: Professores Gildiberto, Maurício e Rosemara e período da tarde: Professores
449 Gildiberto e Rosemara. 19/06 (sexta-feira), período da manhã: Professores Maurício e Rosemara e período
450 da tarde: Professores Esdras e Rosemara. Não houve participação dos membros que representam a categoria

451 técnico-administrativa e a discente. No dia 16/06 (dezesesseis de junho), terça-feira, data marcada para 3º
452 reunião de organização do trabalho nos dias da inscrição, esses membros comunicaram desligamento. Cabe
453 registrar que os alunos indicados para representar a categoria discente não participaram do processo, em
454 nenhum momento, exceto pela presença de seus nomes na Portaria de designação da Comissão Eleitoral.
455 Cabe registrar ainda que a Comissão Eleitoral contatou e convidou a Comissão de Ética, assim que a mesma
456 foi definida por Portaria, para acompanhar a Comissão Eleitoral em seus trabalhos, inclusive nos dias de
457 inscrição de chapa, de modo a contribuir para que o processo ocorra da melhor maneira possível, e salientar
458 que é do interesse da Comissão Eleitoral contar com a presença de pelo menos um dos membros da
459 Comissão de Ética nas etapas de planejamento e de execução das atividades que compõem o processo
460 eleitoral, inclusas no calendário. Nesse contexto foi cumprida a etapa "inscrição de chapa", apresentando
461 como resultados a inscrição das chapas "Consolidar", efetuada em 18/06 (dezoito de junho), e
462 "Reconstrução: por uma universidade autônoma e crítica", em 19/06 (dezenove de junho). Sem mais, Jataí,
463 24 (vinte e quatro) de Junho de 2015 (dois mil e quinze). A Comissão Eleitoral.” Após leitura do relatório a
464 Prof.ª Rosemara Perpétua Lopes solicitou o encaminhamento de recomposição da comissão, visto que saíram
465 da mesma os técnicos administrativos e discentes. O Presidente explicou que recebeu um documento dos
466 técnicos administrativos informando que eles não participaram do processo, nem da comissão e que
467 encaminharia esse documento para a comissão. Após discussões, a Prof.ª Eva Aparecida de Oliveira indicou
468 o nome da Acadêmica: Angélica Mirielle Silva de Oliveira do Curso de Pedagogia. E o Prof. Ricardo de
469 Matos Santa Rita indicou os nomes das Discentes: Caroline de Fátima Soares Flôr e Kellen Martini Assmann
470 do Curso de Ciências Biológicas, ficando como membros titulares a Acadêmica do Curso de Pedagogia e
471 uma Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas e o terceiro nome como suplente. Em votação a
472 recomposição da comissão foi aprovada com o registro de 19 (dezenove) votos favoráveis e 5 (cinco)
473 abstenções. **Décimo Segundo Ponto da Pauta: Outros Assuntos** - Foi retomado o assunto do Quarto
474 Informe: Ofício N.º 015/2015 CMS – O Presidente informou sobre o recebimento do Ofício N.º 015/2015
475 Conselho Municipal de Saúde. O Prof. Luiz Almeida da Silva sugeriu que ficassem como representantes um
476 do Curso de Enfermagem e outro do Curso de Educação Física. O Prof. Luís César de Souza disse que fez a
477 consulta no Curso de Educação Física e que a Prof.ª Ângela Rodrigues Luiz estava disponível para
478 representar o curso. Encaminhamento da Prof.ª Ludmila Grego Maia como titular e da Prof.ª Ângela
479 Rodrigues Luiz, como suplente. Em votação a indicação dos nomes foi aprovada com o registro de 23 (vinte
480 e três) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada
481 a reunião às 17:06 horas (dezessete horas e seis minutos), da qual, para constar, eu, Marinalva de Oliveira
482 Teixeira, Secretária do Conselho Diretor, lavrei a presente ata que, lida e se achada em conforme, segue
483 assinada pelo Presidente dos trabalhos e pelos conselheiros presentes à discussão e votação.....

484 Wagner Gouvêa dos Santos _____
485 Alessandro Martins _____
486 Alessandra Feijó Marcondes _____
487 Allison Gustavo Braz _____
488 Ana Carolina Gondim Inocêncio _____

489	André Felipe Soares de Arruda	_____
490	Cecília Nunes Moreira	_____
491	Daniela Pereira Dias	_____
492	Daviane Moreira e Silva	_____
493	Denis Souza de Moraes	_____
494	Evandro César Clemente	_____
495	Érico Douglas Vieira	_____
496	Fernando Silva dos Santos	_____
497	Gecirlei Francisco da Silva	_____
498	Josie Melissa Acelo Agricola	_____
499	Luis Antônio Serrão Contim	_____
500	Luís César de Souza	_____
501	Luiz Almeida da Silva	_____
502	Marcos Humberto Silva de Assis	_____
503	Maria José Rodrigues	_____
504	Michele Silva Sacardo	_____
505	Natasha Vicente Silveira da Costa	_____
506	Paulo Freitas Gomes	_____
507	Paulo Roberto Rodrigues Meira	_____
508	Raimundo Agnelo Soares Pessoa	_____
509	Ricardo Alexandre Figueiredo de Matos	_____
510	Ricardo de Mattos Santa Rita	_____
511	Ricardo Porto Simões Mathias	_____
512	Sauli dos Santos Júnior	_____
513	Wesley Fernandes Vaz	_____
514	Marinalva de Oliveira Teixeira	_____